

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade Florestas

Relatório de Consultoria

**Comércio de Madeira no Extremo-Sul da Bahia: Avaliação de Impacto
Sobre os Remanescentes de Mata Atlântica na Região do PARNA Monte Pascoal.**

Jean-François Timmers, consultor

I. ANTECEDENTES

O Sul da Bahia abriga os mais representativos remanescentes de Mata Atlântica da região Nordeste, tombados como Patrimônio natural mundial em 2.000. Ainda assim, só restam cerca de 4% de sua cobertura original, a qual está em processo rápido de destruição. Estima-se que atualmente, as duas regiões do Bioma Mata Atlântica que mais sofrem agressão, são o sul da Bahia e a região das Florestas de Araucária. Ainda devemos acrescentar a estas o intenso desmatamento das matas de cipó no sudoeste Baiano, principalmente por carvoarias.

Os principais impactos aos ecossistemas da região Sul da Bahia, abrangendo o extremo sul do Estado e a região cacauzeira, são: incêndios florestais, desmatamentos de floresta ombrófila e ecossistemas costeiros (abertura de roçados, pastos, plantios de café, mamão e eucalipto e urbanização desordenada ligada ao turismo de massa) e exploração seletiva clandestina de madeira, para material de construção, esquadrias, lenha, estacas e artefatos de madeira, a maioria semi-industrializados. A esses devemos acrescentar ainda o tráfico de animais silvestres, carvoarias clandestinas e as ameaças crescentes da carcinocultura nos manguezais e da exploração petrolífera no banco dos Abrolhos.

Esta situação de agressão, histórica, ainda se mantém com intensidade por vários fatores: desconhecimento quase generalizado da riqueza excepcional e do valor desses ecossistemas; cultura local ainda intrinsecamente predatória, políticas de fomento e desenvolvimento econômico estaduais e federais desarticuladas e sem real preocupação ambiental; manutenção de um forte mercado consumidor de madeira e animais da Mata Atlântica, com ramificações nas regiões Sudeste e Sul e no exterior, entre outras.

De 1999 a 2003, três grandes operações de fiscalização foram organizadas pelo IBAMA, com sucessos importantes, porém sem acarretar nenhuma mudança significativa neste quadro. Apenas a retirada e transporte ostensivo de toras diminuíram. Depois de cada operação, as demais atividades ilegais retomaram com mais força, e de forma mais clandestina. Mudanças efetivas só poderão acontecer através de estratégias de médio e longo prazo, afetando as cadeias produtivas por: mudanças de comportamentos de consumo, oferta de produtos alternativos e amplas campanhas de sensibilização.

Uma das atividades afetando a Mata Atlântica que ainda ocorre em larga escala e de forma ostensiva é a venda de artefatos de madeira semi-industrializada. A maior parte desses objetos: talheres, potes, farinheiras de mesa, tábuas, pilões, gamelas, pequenos caiaques etc., é usinada com tornos, lixas e serras elétricas. O comércio ocorre de forma generalizada no país e na região, em feiras livres, lojas e rodoviárias. Usa-se madeiras nobres, retiradas dos remanescentes florestais mais conservados da região, inclusive de parques nacionais. O maior foco de produção se situa na cidade de Itamarajú e nos povoados vizinhos, nos municípios de Itabela, Prado e Porto Seguro.

A fabricação em escala de artefatos de madeira para comercialização iniciou-se nas aldeias Pataxó do entorno do Monte Pascoal na década de 80, desenvolvendo-se junto com o turismo de massa em Porto Seguro. Usando árvores nobres tiradas das aldeias e do parque, logo se tornou cerne do conflito opondo o IBDF e depois o IBAMA às populações indígenas, inviabilizando a implantação do parque. Em razão do caráter político complexo da questão, mais ainda do que por causa de possíveis impactos sociais, nunca foi combatido com constância e eficiência.

No final da década de 90, ocorreu uma mudança radical da atividade: a fabricação desses artefatos, de 90% indígena e manual, se tornou mecanizada, dominada por não-índios de povoados

da região. No mesmo período, a produção manual começou a declinar, sofrendo forte concorrência e dificuldade crescente na procura de matéria prima. Esta tendência ao recuo se fortaleceu com o Projeto FAO/MMA UTF 047, que desde 2003 está iniciando um processo de resgate de autonomia com alternativas sustentáveis de renda nas aldeias do entorno do Monte Pascoal.

Ao contrário, a fabricação mecanizada de artefatos encontra-se ainda em franca expansão, inclusive dentro de aldeias indígenas, com participação direta de não-índios. Causa impactos em todos os remanescentes da região e não apenas no Monte Pascoal, com consumo em escala industrial de madeira nativa. Ironicamente, usa-se ainda e de forma abusiva do caráter “indígena” dos produtos, para proteger este tráfico da fiscalização. O comércio, dominado por atravessadores, pressiona com preços baixíssimos fabricantes e fornecedores de madeira, para fabricação em volumes cada vez maiores. Paradoxalmente, os produtos finais são comercializados sem nenhum constrangimento. O consumidor nem sequer está sendo capaz de enxergar um artefato desses, como algo nocivo, fruto de graves impactos sociais e ambientais.

Numa reunião do MMA e IBAMA com a maioria dos fabricantes de artefatos de madeira da aldeia de Boca da Mata, em 27/05/2004, foi exposta esta situação e pedido formalmente pelos Pataxó que o IBAMA fizesse uma fiscalização séria desta atividade na região, a qual os está prejudicando e deixando-os em situação de dependência. Reiteraram a vocação essencialmente agrícola das aldeias, muito mais do que de fabricantes de “artesanato”¹. Afirmaram também que, no ritmo atual de exploração, a mata do parque Monte Pascoal “**não agüentará mais dois anos!**”.

A partir deste ponto, nos reunimos com as gerências do IBAMA de Eunápolis (BA) e Salvador (BA), assim como com o SEBRAE, para delinear uma estratégia de ação conjunta. Tendo-se em vista o caráter complexo da questão, foi solicitado pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas que seja quantificada com a maior precisão possível esta atividade, sua extensão, cadeia produtiva e impactos, no intuito de melhor delinear uma estratégia de combate.

Vale aqui ressaltar a dificuldade de se quantificar uma atividade difusa e bem menos ostensiva que incêndios, desmatamentos e transporte de toras. Trata-se de corte seletivo clandestino espalhado em quase todos os fragmentos, transporte escondido em porta malas de carros pequenos, Kombi, carrocerias cobertas, dentro de caçambas, debaixo de carregamento de areia ou frutas, dentro de ônibus e em baú fechado como caminhões de mudança, para transporte interestadual.

A metodologia usada foi: 1. análise de registros de ocorrências e laudos de autuação do IBAMA; 2. levantamento por agentes ambientais Pataxó e informantes, dos locais de fabricação e dos principais pontos de comercialização. Tratando-se de tráfico, os informantes e comerciantes ficaram muito desconfiados e assustados, temendo represálias dos traficantes. Sendo assim, os resultados obtidos são sujeitos a ajustes posteriores e apenas permitem medir e comparar ordens de grandeza e escalas.



Toretas na divisa do PARNA Monte Pascoal – Jul 2004

Depósito de 300 toretas descoberto em Itamarajú (BA) – Set 2004

¹ Não se trata de artesanato O Artesão é “...*Artista que exerce uma atividade produtiva em caráter individual*” (Novo Dicionário Aurélio, p. 177). O Artesanato é “... *a técnica, o tirocinio ou a arte do artesão, o produto do artesão, objeto feito por ele*” (*ibid.*). “*No sentido estrito, artesanato é qualquer tipo de trabalho realizado manualmente em oposição aos executados por meios mecânicos ou em série... Com o aperfeiçoamento dos métodos mecânicos de fabricação, o artesanato cedeu espaço aos produtos fabricados em série; o artesão, à maneira clássica, entrou em decadência, restringindo-se a atividades de caráter marginal*”. (Enciclopédia Barsa Planeta, vol.2, p.92.)

II. RESULTADOS

1. Análise dos registros de ocorrências do IBAMA

A Gerência Executiva II do IBAMA de Eunápolis forneceu a lista de autos de infração no extremo-sul da Bahia de 2000 a 2004, assim como a lista das madeiras apreendidas neste período. Os dados são apresentados nas tabelas abaixo:

Autos infração Gerex !! EUNÁPOLIS Ex Sul BA - 01/2001 - 05/2004		Nº ocorrências	Nº ha (ou de árvores)	% ocorrências	média ha/ ocorrência
Desmatamento	APP	8	16,4	18,18%	2,05
	Mata estágio inicial	7	30,8	15,91%	4,40
	Mata estágio médio/avançado	9	82,4	20,45%	9,16
	Não especificado	11	31,4	25,00%	2,85
Extração seletiva (artesanato, loteamentos, carvão)	em nº árvores	7	~ 11,8 (442 arv)	15,91%	1,68 (63 arv.)
	em hectares	2	175,0	4,55%	87,50
TOTAL		44	347,8 ha	100,00%	
% ocorrências de extração seletiva		20,45%			
% ha. desmatamento estágio médio/avanc.		51,18%			

O número total de ocorrências (44 em 4 anos) é muito baixo para ser representativo. Apenas 20% das ocorrências são de extração seletiva, o que significa que, ou este tipo de ocorrência é mais raro, ou mais difícil de se fiscalizar. Metade da área desmatada consta como estágios médio a avançado de regeneração. A importância em hectares da extração seletiva vem essencialmente de um fato isolado: um mega-desmatamento após incêndio criminoso, de 170 ha. ao sul do PARNA do Descobrimento em 2002².

Apreensão madeireira Gerex II Ibama Eunápolis - 06/2000 - 05/2004					
	Nº ocorrências	peças	m ³	% ocorrências	média m ³ / ocorrência
Pranchas, pranchões	17	249	145,3	34,69%	8,55
Madeira serrada	16		307,0	32,65%	19,19
Não especificado	11	37	115,8	22,45%	10,53
Toretas	5	400	43,7	10,20%	8,74
Total	49		611,8	100,00%	

As madeiras apreendidas de pranchas e pranchões são em sua maioria oriundas de madeiras de cabruca (solos mais ricos) como vinhático, bomba d'água, gindiba, pau-d'álho, pau-sangue, provendo provavelmente raleamento de áreas de cacau. As madeiras de toretas são na sua maioria madeiras raras, incluindo Pau Brasil e Jacarandá. Apenas 5% das madeiras apreendidas são toretas.

2. Contagem dos locais de fabricação.

Uma das formas de se avaliar o volume de madeira envolvido na fabricação de artefatos é a contagem das fábricas na região, sabendo-se a média de consumo de madeira de cada uma delas. Considerou-se que fábricas com tornos, têm em média três tornos e fábricas com serras apenas duas serras elétricas, em média. Nas Terras Indígenas, as máquinas foram contadas uma por uma. Calculou-se que os tornos consomem em média uma árvore por semana enquanto serras, meia árvore semanalmente. De cada árvore, extraem-se em média apenas 0,8 m³. Segundo florestais locais, este número costumava ser bem maior, o que mostra a pressão da extração seletiva para indivíduos cada vez mais jovens.

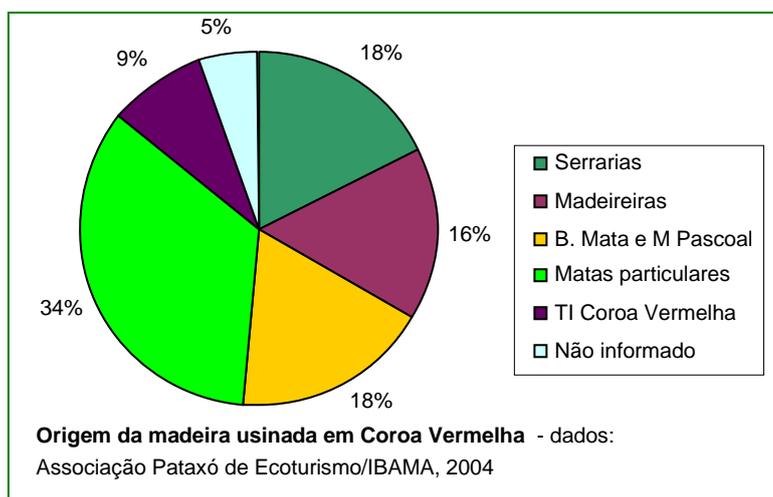
² O proprietário aproveitava ("seletivamente") madeiras queimadas em carvoarias. Hoje, parte importante da área foi plantada de eucalipto com fomento de empresa de celulose.

Localidade	Nº fábricas com tornos	Nº fábricas com serras	Nº fábricas total	Nº tornos	Nº serras	Consumo semanal de árvores	Consumo total semanal (m³)	Consumo total anual (m³)
Itamaraju	20	90	110	60	180	150,0	120,0	6.240,0
Montinho	20	150	170	60	300	210,0	168,0	8.736,0
Monte Pascoal	25	135	160	75	270	210,0	168,0	8.736,0
Itabela	9	39	48	27	78	66,0	52,8	2.745,6
Palmares	3	5	8	9	10	14,0	11,2	582,4
São Geraldo	2	2	4	6	4	8,0	6,4	332,8
Teixeira de Freitas	2	0	2	6	0	6,0	4,8	249,6
Pindorama	2	0	2	6	0	6,0	4,8	249,6
<i>Boca da Mata</i>	<i>20</i>	<i>5</i>	<i>25</i>	<i>52</i>	<i>5</i>	<i>54,5</i>	<i>43,6</i>	<i>2.267,2</i>
<i>Águas Belas</i>	<i>1</i>		<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1,0</i>	<i>0,8</i>	<i>41,6</i>
<i>Coroa Vermelha</i>	<i>2</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>5</i>	<i>10</i>	<i>2,8</i>	<i>2,2</i>	<i>117,0</i>
Total	106	436	542	307	857	728,3	582,6	30.297,8

As áreas em itálico são terras indígenas. Calculamos que apenas 8% da fabricação mecanizada de artefatos de madeira ocorrem em áreas indígenas. O consumo total anual de madeira é assombroso: mais de 30.000 metros cúbicos por ano. Considerando que se extrai em média 120 m³ por ha em exploração intensiva e 30 m³/ha em esquema de exploração seletiva, este valor corresponde a mais de **252 ha de exploração intensiva** por ano (equivalente a desmatamento) e a mais de **1000 ha de exploração seletiva**, tudo em estágios médio a avançado de regeneração.

Qual é a origem desta madeira ? Provavelmente de quase todos os remanescentes bem preservados da região, de Itamarajú até São João do Paraíso. Constatamos a extração de toretes por roubo em reservas legais de fazendas, tanto no tabuleiro como nas serras de Itamarajú, venda ilegal de assentamentos rurais, compra ilegal a populações indígenas, roubo nos PARNAs do Descobrimento e Monte Pascoal.

Um levantamento detalhado realizado em Coroa Vermelha ilustra esta situação, com destaque para a compra de madeiras a madeireiras e serrarias, o que é singular. Em Coroa Vermelha os produtos são vendidos diretamente a turistas, e sua margem de lucro maior permite esta opção. No resto da região, a venda a atravessadores com pequenas margens de lucro não permite a compra legal de madeira, por enquanto.



Levantou-se também a produção manual de gamelas nas TIs do extremo sul da Bahia. Produz-se em média 25 gamelas por árvore, número que tende também em diminuir com a progressiva redução do tamanho dos indivíduos cortados.

A tabela a seguir mostra que a aldeia de Boca da Mata é o maior foco de produção, com 67% do total. A produção anual total, de 1.240 m³, **corresponde a menos de 4% do consumo anual regional de madeira** (juntando tornos e gamelas). Correspondendo a um desmatamento anual de 10 ha. (exploração intensiva) ou a 41 ha. explorados seletivamente a cada ano.

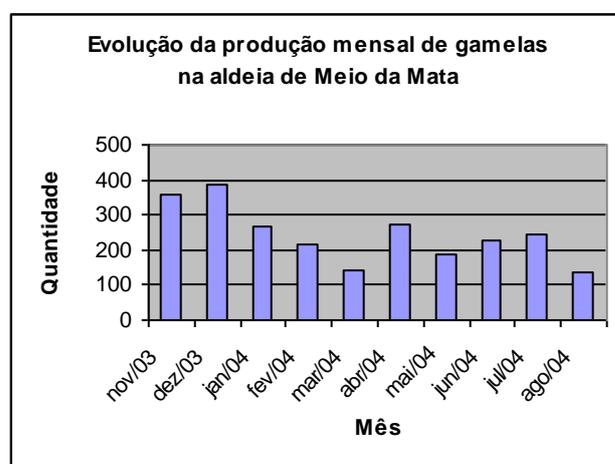
A parte indígena do consumo total, incluindo as gamelas, passa de 8% para 11,6%.

Produção manual de gamelas em T.I.	Produção semanal de gamelas	Consumo semanal de árvores	Consumo total anual (m ³)
Boca da Mata	500	20,0	832,0
Meio da Mata	60	2,4	99,8
Barra Velha	5	0,2	8,3
Pé do Monte	50	2,0	83,2
Corumbauzinho/Águas Belas/Craveiro	100	4,0	166,4
Guaxuma	0	0	0
Coroa Vermelha	30	1,2	49,9
TOTAL	745	29,8	1239,7

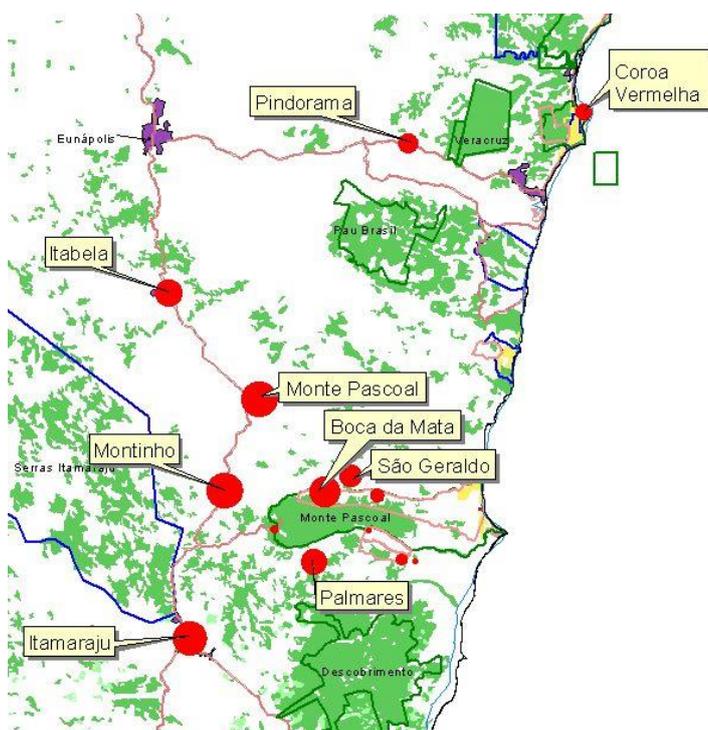
Esses números correspondem à produção média atual, mas são sujeitos a rápidas flutuações. No ano passado, avalia-se que a produção de gamelas nas aldeias era no mínimo o dobro da atual. Mesmo assim, a proporção de ordem de grandeza entre esta atividade e a produção em massa de artefatos usinados não muda significativamente, ficando bem abaixo de 10% do total.

A produção de gamelas na aldeia de Meio da Mata está sendo monitorada detalhadamente. De população restrita, é uma das maiores produtoras, por número de habitantes.

O gráfico ao lado mostra uma tendência à redução da produção. No entanto, precisamos aguardar os dados do próximo verão para verificar se demonstra a tendência à redução observada em todas as aldeias desde 2003, ou se trata apenas de um fenômeno sazonal.



Coleta dos dados: agente ambiental Pataxó



O mapa ao lado mostra a localização - em importância - do consumo de madeira **na produção** de artefatos (bolas vermelhas), no extremo-sul da Bahia, incluindo gamelas.

A maior produção ocorre em 7 povoados: Itabela, Monte Pascoal, Montinho, Boca da Mata, São Geraldo, Palmares e Itamaraju.

Uma **relação de notas fiscais avulsas** de utensílios de madeira, da Inspeção Fazendária em Itamaraju, permite contar a emissão de notas para **114.591 artefatos**, entre janeiro e agosto de 2004, para apenas 16 indivíduos (dados da GERE X II/IBAMA). Constam pilões, talheres, “coçadores”, farinheiras, tigelas, taças, gamelas, saleiros, potes de mel, etc. Avaliamos que corresponde entre 1.500 a 4.000 m³ de madeira da Mata Atlântica.

Trata-se de um volume financeiro total de pelo menos R\$ 350.000,00, sendo provavelmente bem mais no mercado final.

3. Contagem dos locais de comercialização

Outra forma de se avaliar o volume de madeira envolvido nesta atividade, é a partir dos locais de comercialização. Contamos as barracas de venda de artefatos na beira da rodovia BR 101, entre Itamarajú e Eunápolis. Avaliamos que cada barraca vende em média 500 peças, metade de gamelas, outra de artefatos usinados.

Donos	Funcionamento sazonal	Funcionamento perene	Total	Consumo anual aproxim (m ³ em pé)
Índios	8	4	12	192
Índios X não índios	4	2	6	96
não índios	42	31	73	1168
TOTAL	54	37	91	1456

Os volumes envolvidos correspondem **apenas a 4,6% da produção regional total**. As gamelas vendidas correspondem a 59% das gamelas produzidas nas aldeias.

Contamos também as barracas do maior foco de comercialização de artefatos pelos Pataxós, o centro turístico da aldeia de Coroa Vermelha. Os números de venda média por barraca são comparáveis aos da pista.

Donos	Funcionamento sazonal	Funcionamento perene	Total	Consumo anual aproxim (m ³ em pé)
Índios	100	100	200	3200
Índios X não índios	0	5	5	80
não índios	0	20	20	320
TOTAL	100	125	225	3600

O volume de artesanato vendido em coroa Vermelha é mais do que o dobro, quando comparado à beira da BR 101. Corresponde a **11,4% da produção regional total**.

As gamelas vendidas no local correspondem a 145% da produção das aldeias produzidas nas aldeias.

Esta aparente discrepância pode ter várias causas: 1. subestimamos a produção nas aldeias, numa época do ano em que a produção é menor; 2. Superestimamos os volumes de venda; 3. grande volume de gamelas pode ser produzido por brancos. Averiguamos depois que mais da metade das gamelas vendidas na BR 101 são fabricadas por não-índios, podendo-se com prática, distinguir os “estilos” das duas fontes de objetos. Checamos também que mais da metade das gamelas vendidas na aldeia de Coroa Vermelha, como “artesanato indígena”, foi comprada na mão de atravessadores não índios.



Arruda (*swartzia euxilophora*), esp. endêmica local, cortada para fabricação de gamelas, por não índios, nas serras de Itamarajú. Foto: M. S. Oliveira – Acervo CEPEDS, 2001

Esses dados indicam que a oferta atual de gamela das aldeias está bem abaixo da demanda potencial local, sem mencionar a demanda para comercialização em outros estados. Potencialmente, como a venda local é maior no verão, haverá pressão para produção maior de gamelas nas aldeias até o fim deste ano.

Contudo, ainda faltam contar as lojas nas cidades da região, especialmente nas barracas da “*Passarela do Alcool*” em Porto Seguro e Prado. Calculamos que, mesmo dobrando o consumo de artefatos pelo comércio local, e dobrando a produção de gamelas nas aldeias, apenas **15% de tudo que é produzido na região é vendido localmente**.

O resto da produção está sendo comprado diretamente aos fabricantes por atravessadores de outros estados, especialmente São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

III. ANÁLISE

1. impacto ambiental da extração seletiva de madeira

Os resultados acima mostram um impacto ambiental bem maior do que se poderia inferir a partir das ocorrências do IBAMA. A fabricação de artefatos consome **por ano mais de 30.000 m³ de madeira**, correspondendo a mais de 1.000 ha. de exploração seletiva ou a 252 ha. de desmatamento.

Sobravam em 1995, no extremo sul da Bahia, 334.255 ha de floresta em estágios médio a avançado de regeneração. Ocorreu na região, de 1990 a 1995, um desmatamento médio anual de 3.744 ha, ou seja: uma perda média anual de 1% dos remanescentes de 1990 (calculado a partir dos dados da Fundação SOS Mata Atlântica *et al.*, 1998). Se este ritmo se manteve (mantiver?) até hoje, o impacto da fabricação de artefatos corresponderia a um acréscimo de 7% no desmatamento anual registrado por satélite.

A esses valores, que são apenas medidas de ordem de grandeza, precisar-se-ia acrescentar ainda, o volume de madeira extraído ilegalmente para serrarias, esquadrias, estacas e instrumentos musicais, bem mais difícil de se quantificar, por tratar-se de fabricação e comercialização totalmente clandestina ou “esquentadas” com notas fiscais e ATPFs de outros estados (Pará).

O impacto da extração seletiva de madeira, no entanto é **mais qualitativo do que quantitativo**. Atinge preferencialmente os remanescentes melhor preservados, com árvores maiores.

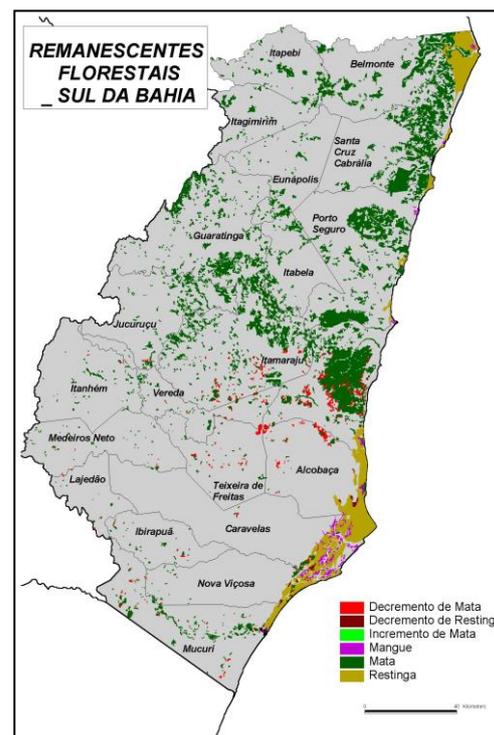
A procura por madeira abre trilhas e estradas nesses remanescentes, facilitando o acesso a caçadores, catadores de lenha e traficantes de animais, entre outros. O acesso repetido de pessoas nesses lugares afeta também a fauna mais sensível à presença humana, especialmente as espécies mais raras e ameaçadas de extinção. A queda das árvores derruba ou danifica entre 20 e 40 árvores e arbustos de variados tamanhos, abrindo clareiras e matando fauna arborícola e flora epífita. A retirada de madeira enfraquece o remanescente, deixando-o mais vulnerável ao fogo.

Avaliamos, no entanto que o impacto mais grave diz respeito às espécies extraídas. As mais usadas hoje são: parajú (*Manilkara longifolia*), mucitaíba ou orelha-de-onça (*Zollernia ilicifolia*), Ipê (*Tabebuia sp.*), arruda (*Swartzia euxilophora*), arapati (*Arapatiella psilophylla*), pau-d'óleo ou copaíba (*Copaifera langsdorffii*), sucupira ou macanaíba (*Bowdichia sp.*), condurú (*Brozimum conduru*), comumbá (*Macrolobium latifolium*), putumujú (*Centrolobium sp.*), jitaí (*Dialium guianense*), jatobá (*Humanaea scleroxylon*), aderno (*Astronium sp.*), bicuíba-vermelha (*Virola gardeniarri*) etc.

Observamos que entre 1998 e 2002, a madeira mais usada até então na fabricação de artefatos, a arruda, foi quase totalmente substituída por outras, o que indica que esta espécie, endêmica local, está no rumo à extinção.

O parajú é o mais usado atualmente, e poderá conhecer o mesmo destino que a arruda, bem como antes dela, o sebastião-de-arruda (*Dalbergia decipularis*), o pau-couro (*Swartzia sp.*), a orelha-de-onça, o jacarandá-da-Bahia (*Dalbergia nigra*) e o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), todos seletivamente super-explorados.

O mais grave é que essas últimas 5 espécies *ainda estão sendo utilizadas*, o que significa que provavelmente, parte significativa do seu patrimônio genético está sendo irremediavelmente perdida, na forma de pratinhos de mesa, pilões e potes de mel. Estão sendo derrubadas as últimas matrizes de espécies madeireiras valiosas. Outro grande desperdício é cortar árvores como a copaíba e o comumbá, com potencial econômico renovável imediato (resinas).



Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no Extremo Sul da Bahia, entre 1990 e 95. (Fundação SOS Mata Atlântica *et al.*, 1998)

2. Situação do PARNA Monte Pascoal

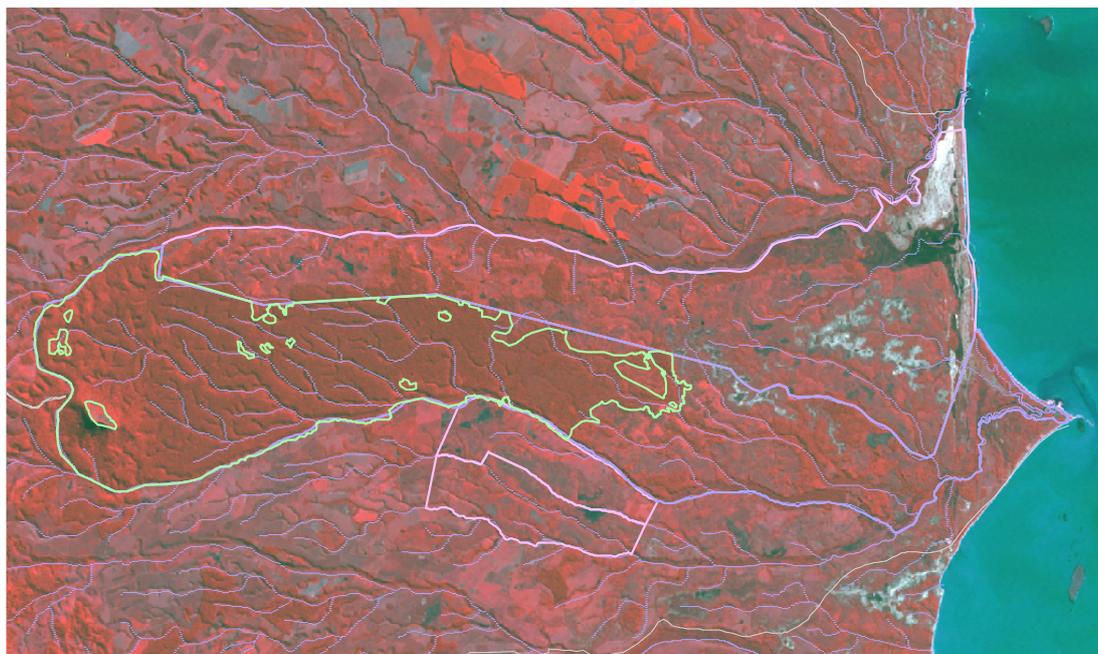
Avaliamos o impacto da fabricação de artefatos sobre as florestas ombrófilas do parque. No total, a extração atual de madeira corresponde a mais de 29 ha/ano de exploração intensiva, ou a mais de 116 ha/ano de exploração extensivo – desses valores, 66% se devem aos tornos e serras e 34% à fabricação manual de gamelas. Só a aldeia de Boca da Mata é responsável pelo equivalente a 113 ha/ano de exploração extensiva, sendo o maior centro produtor de gamelas, e fabricante quase exclusivo de artefatos com tornos e serras nas aldeias..

Graças ao Projeto Monte Pascoal, do MMA, observamos que a fabricação manual de artefatos regressa. Infelizmente, as fábricas estão se multiplicando. O impacto da fabricação semi-industrial de madeira é bem maior, o que indica que o impacto sobre as matas do parque vai continuar crescendo rapidamente, apesar dos investimentos realizados até hoje.

Calculamos que a floresta ombrófila densa remanescente dentro do parque soma 8.200 ha (imagem Landsat 7 de 2002). Com a intensidade atual de exploração, a floresta seria totalmente mexida em 70 anos. No entanto, avaliamos que mais de dois terços dela já foram explorados seletivamente e o terço restante, apesar da dificuldade de travessia de rios, está sendo agredido. Se continuar por mais dois ou três anos, logo poderão aparecer clareiras amplas no remanescente. A exploração de toretes para tornos e serrarias é bem menos seletiva do que a derrubada para fabricação manual de artefatos.

Nas aldeias, as fábricas com tornos começaram a aparecer depois que a Funasa instalou luz elétrica na aldeia de Boca da Mata, por volta do ano de 2.000, para alimentar bombas de poços artesianos. O uso da luz por essas fábricas é hoje tão intenso, que atrapalha entre outros o funcionamento das escolas e a disponibilidade de água potável na aldeia. A pressão do mercado, dos atravessadores e do dinheiro fácil é muito grande. Consome muito tempo de trabalho e dificulta a dedicação efetiva de parte importante das aldeias de Boca da Mata e Meio da Mata às atividades agrícolas estimuladas pelo Projeto FAO/MMA.

Este problema só será equacionado com atitude determinada das lideranças Pataxó, do Ministério Público Federal e da FUNAI, especialmente na expulsão da quadrilha de exploradores não índios das aldeias. É fundamental também **enfraquecer o mercado de artefatos de madeira nativa na região como um todo**, para que os esforços do MMA na viabilização de alternativas econômicas sustentáveis no Monte Pascoal tenham chance de sucesso.



Cobertura de florestas ombrófilas densas no ParNa Monte Pascoal em 2002: 8.200 ha. (em verde)

Vale ainda lembrar que, se o impacto da fabricação de artefatos no Parque do Monte Pascoal é muito significativo, ele representa apenas 11% do impacto total desta atividade sobre os ecossistemas regionais.

3. Cadeia produtiva

1. Gamelas produzidas manualmente nas aldeias: conversas com Pataxós de Coroa Vermelha revelaram que nas aldeias de produção (Barra Velha, Meio da Mata e Boca da Mata), a gamela não beneficiada custa de R\$ 2,50 a R\$ 3,00. Em Coroa Vermelha, a gamela beneficiada (polida e encerrada) custa de R\$ 8,00 a R\$ 10,00. O trabalho de beneficiamento, demorado e perigoso para a saúde (pó de madeira), rende ao operário R\$ 1,50 por gamela. Ele ainda tem de pagar a cera e o material que usa. Ainda lixa-se gamelas à mão, mas parte crescente é lixada com máquina. As máquinas de beneficiamento usadas pelos índios são simples, e provocam muito desperdício de madeira. As usadas pelos brancos, mais caras, são mais rápidas e eficientes. Segundo um deles, um bom operário indígena consegue “beneficiar” – ou seja: lixar, polir e encerar pelo menos 20 gamelas por jornada de trabalho. Este trabalho é mais freqüente em Coroa Vermelha, perto do local de comercialização. Nas aldeias do Monte Pascoal, a quase totalidade das gamelas é vendida em estado bruto, a preço baixo. Existem situações paradoxais: gamelas compradas nas aldeias por brancos são polidas e vendidas em seguida a comerciantes índios de Coroa Vermelha.

Conversas com lojistas de gamelas em Porto Seguro revelaram que em baixa estação, trocam gamelas não acabadas contra peixes e comida, nas aldeias próximas ao parque. Em alta estação somente, compram as gamelas por dinheiro. Atravessadores de outros estados costumam comprar a maior quantidade, a preço de atacado por R\$ 1,00 a 1,50, às vezes menos. Fretam o transporte até aonde são beneficiadas e comercializadas. No comércio local, o preço de gamelas oscila entre R\$ 7,00 e 20,00 dependendo do tamanho. Em outro estado, o preço dobra.

Os atravessadores costumam comprar com cheque, que entregam ao vendedor índio apenas depois de chegar à BR 101 ou até ao destino final. Assim, o proprietário legal no transporte dos artefatos é indígena, dificultando a repressão do tráfico. Avaliamos que o comércio de gamelas é quase uma escravidão.

2. Artefatos usinados por tornos e serras elétricas: a madeira é retirada da mata em forma de toretes. Os operários das máquinas dividem benefícios com os donos das máquinas. Identificamos três situações distintas: produção na aldeia de Boca da Mata, por índios e brancos, produção em Itamarajú e demais povoados por brancos e produção em Coroa Vermelha, por índios.

- Em Boca da Mata, a madeira e a luz elétrica são gratuitos. O preço médio de venda das peças é de R\$ 0,50 para talheres e de R\$ 2,00 para peças tornadas. Os atravessadores vão comprar peças em quantidade dentro da aldeia.

- Em Itamarajú e povoados, maiores focos da produção, os fabricantes compram toretes ao preço de R\$ 5,00 cada. Cada torete permite fabricar em média 10 talheres e 3 peças tornadas. O preço médio de venda é de R\$ 0,80 para talheres e de R\$ 4,00 para peças tornadas. A margem de lucro varia então entre R\$ 3,00 e 7,00 por torete, sem incorporar os custos de compra, manutenção das máquinas, a conta de luz e os produtos usados (cera). Vendem os artefatos ao atacado, a atravessadores vindo de outros estados.

- Em Coroa Vermelha, a minoria que fabrica no local, compra os toretes por R\$ 10,00 em média. As peças fabricadas são vendidas a consumidores finais, por preços variando entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00. Talheres são vendidos por entre R\$ 1,00 e 2,00. Sendo um mercado final, compensa neste caso específico, comprar madeira em serrarias e madeireiras, conforme observado na p. 4. O lucro dos comerciantes que compram as peças dos atravessadores é mínimo e a concorrência entre lojas é fortíssima.

Em todos os casos, o maior lucro é dos atravessadores. Constatamos a venda de peças tornadas em outros estados por R\$ 50,00 até R\$ 100,00. A prática de pagar artefatos com cheques que podem ser sustados em caso de apreensão também é prática dos atravessadores para com os fabricantes não-índios da periferia urbana de Itamaraju e de povoados próximos.

Outra atividade que se mostra lucrativa é o tráfico local de toretes de madeira, em franca expansão. Descobrimos grandes depósitos em Itamarajú. É possível que exista também venda de toretes para outros estados, para fabricação de objetos nesses locais.

4. Tendências de evolução.

A fabricação de artefatos de madeira na região, originalmente sazonal e atrelada ao turismo de massa na região de Porto Seguro, não tem mais este vínculo tão forte e ocorre o ano inteiro. Observamos a multiplicação exponencial das fábricas de fundo de quintal, com serras elétricas e tornos, desde 1998, especialmente na periferia das cidades e povoados ao longo da BR 101, que é a principal via de escoamento.

Esta expansão foi registrada na aldeia Pataxó de Boca da Mata entre 2003 e 2004. Em 2003 foram contados 36 tornos na aldeia. Em maio de 2004, eram 52 tornos. Esses tornos são instalados com incentivo econômico de fabricantes de Itamaraju, para aproveitar o fornecimento gratuito de madeira e luz elétrica.

É muito provável que, se não for feito nada para conter esta situação, a atividade se alastre para a periferia de cidades e povoados da região cacaujeira, especialmente Camacã, aonde ainda existem muitos remanescentes. Já temos relatos de fabricação de artefatos de madeira na TI de Caramuru-Paraguaçu, dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, no município de Pau-Brasil.

É também provável que se expanda o tráfico interestadual de toretes de madeiras nativas.

IV. RECOMENDAÇÕES

Os dados deste documento foram apresentados e discutidos em várias oportunidades com os atores locais, representantes de ONGs, prefeituras, IBAMA e MMA, de forma a delinear linhas de ação a serem tomadas para enfrentar esta situação.

Em curto prazo, até Maio de 2005, recomendou-se implementar duas ações emergenciais:

1. Campanha de comunicação e sensibilização dos consumidores em nível nacional;
2. Operação de fiscalização ostensiva de 7 meses.

Em médio e longo prazo, recomendou-se também implementar as seguintes ações:

1. Educação ambiental
2. Alternativas econômicas sustentáveis, como
3. Recuperação de áreas degradadas

Esses últimos pontos serão objetos de mais discussões, envolvendo especificamente o SEBRAE, entre muitos outros atores. Negociações devem ser iniciadas desde já entre as esferas municipal, estadual e federal, no sentido de fortalecer os programas sociais do Governo na região.

Deve ser estudado o uso de madeira de frutíferas exóticas e/ou plantadas com excelente potencial madeireiro, como a Jaqueira, abundante na região, e o eucalipto. Propôs-se também a criação de um **selo do IBAMA para artesanato não-madeireiro** (com controle de origem da matéria-prima pela Gerência local do Ibama), de madeiras exóticas (jaqueira, eucalipto, etc.), ou até de madeiras nativas da região amazônica ou até da Mata Atlântica (Caixeta em SP), desde que de origem certificada pela norma SFC. As associações de artesãos e pequenos fabricantes devem ser fortalecidas neste processo, de forma a enfraquecer o domínio dos atravessadores na comercialização para outros estados.

As espécies arbóreas mais exploradas devem ser estudadas: repartição, status de conservação, sugestões de medidas de recuperação; podendo inclusive ser propostas para inclusão nas listas nacional e da IUCN de espécies ameaçadas.

No âmbito deste trabalho, detalhamos mais especificamente as ações a serem implementadas em caráter emergencial.

1. Campanha de comunicação e sensibilização

É consenso que a campanha deve ter abrangência nacional. Ela deve ter como público-alvo principal os compradores finais deste tipo de artefatos, ou seja: a sociedade em geral, a qual deve

ser alertada sobre os fortes impactos sociais e ambientais da compra de objetos com visual paradoxalmente “natural” ou “nativo”. A imprensa deve ser provocada quanto a essa situação, por meio de release e matérias em veículos nacionais e locais. Esta campanha pode ser atrelada a uma campanha alertando os mesmos consumidores sobre o tráfico de animais silvestres.

Estratégias específicas podem ser desenvolvidas para segmentos chave, tais como: turistas que visitam o sul da Bahia, comunidades da região, governos estaduais e municipais e embaixadas.

É importante se tomar o cuidado de não desacreditar todo e qualquer tipo de artefato de madeira. Existem artesanatos legais e sustentáveis em outras regiões do país e mostramos o potencial econômico deste tipo de produto, com matéria-prima sustentável. Existe cadeia produtiva instalada, know-how e tradição local. É preciso usar amplamente imagens do produto na campanha, para que as pessoas aprendam a reconhecê-lo e procurem informar-se da origem da madeira.

Os parceiros identificados para esta campanha são: a SBF/MMA e a ASCOM, agência de comunicação com a qual trabalha, a DIPRO/IBAMA, e as Gerências de Eunápolis e Salvador; a Aliança para a Proteção da Mata Atlântica, envolvendo SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional do Brasil, ONGs locais e Rede Globo.

Desde já, os governadores e prefeitos dos estados e cidades que comercializam o artesanato devem receber uma carta explicando a ação do governo e serem convidados a participar como parceiros da Campanha.

O material que poderia ser produzido até o final deste ano seria: press release, folder explicativo, em português, espanhol e inglês, cartazes para serem colocados em locais estratégicos. Mais adiante pode se prever filmes para televisão, spots, adesivos, botons e camisetas e até outdoors. A campanha deve ter nome próprio e logomarca.

O primeiro passo de formatação da estratégia de comunicação poderia ser iniciada imediatamente, envolvendo-se a SBF, a agência de comunicação do MMA e membros do IBAMA, CI e SOS Mata Atlântica.

2. Operação de fiscalização

A gravidade da situação pede medidas emergenciais e determinadas no sentido de reprimir o tráfico de artefatos de madeira. Esta operação não seria exclusivamente dedicada a este problema, deixando de atender a outros crimes ambientais que ocorrem na região, como desmatamentos, carvoarias clandestinas e tráfico de madeira serrada.

No entanto, algumas medidas específicas devem ser tomadas até previamente, de forma a enfraquecer a pressão dos atravessadores desde o início do verão:

1. Contatar por ofício Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Receita Federal, Secretaria da Fazenda da Bahia, CRA, FUNAI, Ministério do Trabalho, Ministério Público Federal e Estadual, e organizar reunião de forma a construir uma ampla parceria para a operação.
2. A DIPRO deve articular-se com as gerências do IBAMA dos principais estados receptadores: SP, RS, SC, PR, RJ, DF e RN, para envolvê-las na operação.
3. Advertir e/ou notificar as empresas aéreas e de ônibus enquanto da proibição de transporte de artefatos de madeira sem origem definida em documento.
4. Informar as embaixadas dos países com maior fluxo de turistas na região ou com comércio já conhecido desses produtos: principalmente: Alemanha, Espanha, Inglaterra, França, Japão e EEUU. Bem como informar as embaixadas brasileiras nesses países.
5. Advertir e/ou notificar todos os pontos de venda de artefatos e locais de fabricação conhecidos, na região e nos outros estados, avisando da ilegalidade de sua situação e alertando-os sobre o início da operação, inicialmente sem apreensão de material nem equipamento. Repetir as visitas, pelo menos duas vezes, antes de tomar medidas mais enérgicas com reincidentes.
6. Alertar as autoridades competentes sobre o perigo provocado pelas barracas em beira da BR 101, para com o trânsito, especialmente pela falta de locais de estacionamento, e aumento do trânsito na época de fim de ano.

7. Alertar os escritórios locais das receitas estaduais para evitar a emissão de notas avulsos para artefatos de madeira.
8. Organizar com a Polícia Federal e Receita Federal um trabalho de inteligência para identificar as quadrilhas e detalhar táticas de ação.
9. Focalizar medidas repressivas nos grandes atravessadores, no transporte de madeira e artefatos e na recepção e venda dos artefatos na região e nos outros estados, de forma a penalizar quem mais tem opção de substituição e recursos econômicos e não provocar crise ou conflito social na região.

Existe entre alguns fiscais do IBAMA o entendimento de que a repressão de fabricação e venda de artefatos de madeira é dificultada pelo que reza a Portaria do IBAMA 44N de 6 de abril de 1993, dispensando a ATPF para objetos manufaturados. No entanto, não dispensa informação sobre a origem da madeira, nem impede a fiscalização desta atividade, inclusive em relação aos tributos e direitos trabalhistas.

Foi esquematizada uma operação de fiscalização ostensiva de 7 meses, 3 carros, com 4 pessoas por carro. Este período pode ser reduzido, dependendo dos recursos disponíveis. Abrangência: sul e extremo-sul da Bahia.

Diárias	un.	2.520	R\$ 176.400,00
Combustível	litros	8.000	R\$ 16.000,00
Manutenção carro e alojamento			R\$ 15.000,00
TOTAL			R\$ 207.400,00

Existe possibilidade da participação do Projeto Corredores Ecológicos neste processo, na altura de R\$ 40.000,00, desde que seja assinado um convênio permitindo o repasse dos recursos do Projeto para o IBAMA.

Este convênio se encontra neste momento em trâmite na Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Também é emergencial a manutenção da frota dos veículos das gerências e UCs do IBAMA. Dez veículos da gerência de Eunápolis se encontram fora de operação e seu concerto custaria mais ou menos R\$ 36.000,00 no total.

3. Contribuição para os outros fatores de impacto ambiental no Sul da Bahia

A presença ostensiva de fiscais do IBAMA fez muita falta em 2004 e multiplicaram-se as agressões à Mata Atlântica na região. A presença de fiscais em si, já reduz significativamente o número de ocorrências, especialmente de desmatamentos. A forma mais eficiente de se coibir desmatamentos é por monitoramento e sobrevôos regulares.

Na operação, foco será dado às áreas protegidas, assim como às áreas atualmente estudadas para criação de novas UCs, conforme Portaria MMA 506 de 20 de dezembro de 2002 e como já é de praxe desde a publicação da Portaria.

A campanha de sensibilização sobre a origem dos artefatos vai difundir a importância e fragilidade da Mata Atlântica do Nordeste em nível nacional, ajudando a conscientizar os turistas, entre outros, de que a região visitada por eles tem um valor ambiental, não apenas pela beleza das praias.

A cooperação com o Ministério do Trabalho e as Secretarias da Fazenda, assim como a operação de inteligência vão certamente ajudar a revelar também outros tráficos, como o da madeira serrada, para construção, movelarias e esquadrias. Existe neste setor uso de notas fiscais frias do Pará e ATPFs frias do mesmo estado. Deverão ser fiscalizadas todas as serrarias, madeireiras, esquadrias e depósitos de madeira.

Em relação aos incêndios florestais, a autuação e multa sistemática dos proprietários que colocar incêndio no momento da fiscalização pode potencialmente consumir muito tempo das equipes. O PREVFOGO e as UCs deveriam estabelecer uma estratégia específica para isso. Em meio prazo, seria essencial implementar um sistema de autorização e monitoramento de queimas controladas.

O tráfico de carvão vegetal de Mata Atlântica está em franca expansão. A forma mais eficiente de tratar a questão seria fiscalizar as fábricas de aço mais próximas, especialmente no Espírito Santo, exigindo comprovação de origem de todo o carvão que entrar nas fábricas.

O tráfico de animais silvestres será contemplado pela campanha de sensibilização. A operação poderia prever o aluguel de carros a paisana no verão, para coibir a venda na pista.

O trabalho de inteligência previsto ajudará em desvendar parte das quadrilhas que atuam neste campo. Ao contrário dos artefatos de madeira, em que atravessadores de outros estados vêm na região adquirir artesanatos de vários pequenos fabricantes, o maior número de animais vai diretamente para a exportação, sendo concentrado e exportado por grandes traficantes locais, especialmente em Monte Pascoal, Itabela e Itamaraju. Esta atividade mafiosa é muito mais perigosa de se fiscalizar, sem bom trabalho prévio de inteligência e envolvimento das polícias federal, civil e rodoviária federal.

BIBLIOGRAFIA

Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Instituto Socioambiental (ISA). Atlas de evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no Domínio da Mata Atlântica no período 1990-95. São Paulo, 1998.



Torno em funcionamento em Boca da Mata – madeira usada: paraju



Fabricação de talheres de paraju – 11/2002



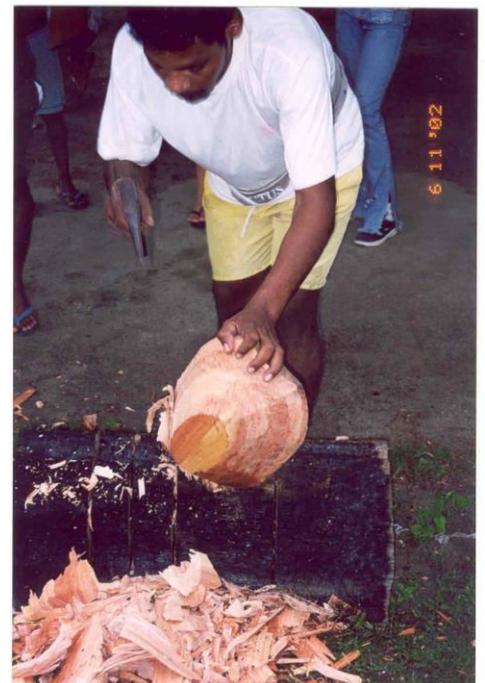
Tráfico de toretes de pau Brasil e jacarandá para fabricação de violinos
Apreensão IBAMA/Teixeira de Freitas (BA) em agosto de 2004



Toretos escondidos em pick-up – apreensão IBAMA/ Monte Pascoal, 14/08/2004



Fiscalização em Itamarajú com participação de agentes ambientais Pataxó,
26/05/2004



Teste de uso de eucalipto para gamelas,
11/2002